

Políticas de Permanência: faces da inclusão de jovens de camadas populares no Ensino Superior Público em um *campi* do interior do Amazonas

Student Retention Policies: faces of the inclusion of low-income young people in Public Higher Education on a campus in the Amazonas' countryside

Nara Maciel Falcão Lima
Fabrícia da Silva Pires

Resumo: Este estudo apresenta os resultados de uma pesquisa desenvolvida no período de 2020/2021 no âmbito do Programa de Iniciação Científica de uma universidade federal. A preocupação central do estudo foi o de aprofundar conhecimentos sobre os fatores que contribuem para a permanência de jovens das camadas populares que acessam os cursos de graduação desta universidade. A questão norteadora que orientou o processo de investigação foi a seguinte: Que fatores estão envolvidos na permanência dos jovens de camadas populares que acessam os cursos de graduação? A ida a campo foi autorizada pelo Comitê de Ética e Pesquisa, mas como a situação da pandemia voltou a se agravar a aplicação dos questionários aconteceu no formato online. Pela natureza do objeto e objetivos do estudo, os dados foram analisados a partir da abordagem qualitativa. Dos 130 e-mails enviados aos acadêmicos convidando-os para participarem da pesquisa, houve o retorno de apenas 53 participantes. Após análise dos dados foi possível constatar a relevância que os auxílios e bolsas assumem na permanência dos discentes de camadas populares na universidade, embora o número de ações e programas ainda não seja suficiente para atender a demanda crescente dos que necessitam.

Palavras-chave: Ensino superior; Políticas de permanência; Juventude.

Abstract: This study presents the results of a research developed in the period of 2020/2021 under the Scientific Initiation Program of a federal university. The main concern of the study was to deepen knowledge about the factors that contribute to the permanence of young people from the lower classes who access the undergraduate courses at this university. The guiding question that conducted the investigative process was the following: What factors are involved in the permanence of low-income young people who access undergraduate courses? The field work was authorized by the Ethics and Research Committee, however, with the aggravation of the pandemic situation, the application of the survey forms took place in an online format. Due to the nature of the object and objectives of the study, the data was analyzed using a qualitative approach. Among the 130 emails sent to academics inviting them to participate in the research, only 53 participants replied. After analyzing the data, it was possible to verify the relevance that grants and scholarships assume in the permanence of students from low-income classes at the university, although the number of actions and programs is still not enough to meet the growing demand of those in need.

Keywords: University education; Student retention policies; Youth.



Introdução

É consenso que a educação superior contribui para importantes avanços sociais, econômicos, culturais e tecnológicos de uma região. Colabora também para a construção de uma sociedade mais democrática e igualitária. Desse modo, a educação deve ser vista como um bem social, para tanto, o ingresso, a permanência e a formação com qualidade devem ser oportunizados de modo equitativo nas diferentes regiões brasileiras.

O Brasil começou a apresentar algumas mudanças mais radicais no sistema de ensino a partir da década de 1990. Fernando Henrique Cardoso, em seu primeiro mandato (1995-1998), elaborou uma ampla reforma direcionada, sobretudo, à implantação de modificações que mudariam o panorama da educação no país em todos os níveis, (CASTRO, 2006; CATANI; OLIVEIRA, 2007), mas essas mudanças ainda não poderiam ser chamadas de democratização do ensino.

Gimenez, Lima, Maciel (2016), assinalam que para a educação ser vista como um direito social foi necessário muitas lutas e conquistas sociais, isso porque, o ensino no Brasil, em particular, o superior, carrega marcas do elitismo e seletividade. Em contrapartida, nas últimas décadas, a educação superior no Brasil tem experimentado um movimento expressivo de expansão do acesso, tanto na esfera pública quanto privada.

Dentre os movimentos de expansão vale a pena mencionar o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI que ampliou de modo significativo, o número de alunos nos cursos de graduação, da mesma forma o Programa Universidade Para Todos – PROUNI que objetiva a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais e a lei 12.711, denominada lei de cotas que visa garantir vagas de acesso a estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica.

As ações acima mencionadas fazem parte de um conjunto de ações responsáveis por mudanças no cenário educacional com a finalidade de ampliar o acesso ao ensino superior. Para ilustrar tal afirmação pode-se tomar como exemplo os dados disponibilizados pela Sinopse da Educação Superior em 2019 que divulgam que no Amazonas foram ofertadas 95.608 vagas nos



curso de graduação presenciais, o que demonstra um aumento em relação ao ano de 2018 que foi de 93.850.

Porém, no mesmo ano de 2019 ingressaram nos cursos de graduação 39.971 estudantes, o que demonstra que as vagas ofertadas não foram preenchidas, isso levanta importantes questionamentos acerca dos motivos ou dificuldades que ainda são impeditivos para que os jovens ingressem em um curso superior.

Em uma análise feita por Dubet (2015, p. 257), o autor destaca que para o ensino ser de fato democratizado é necessário “que todas as classes sociais tivessem as mesmas possibilidades e que a população dos estudantes retratasse a sociedade”. Sendo assim, se em um determinado ano vagas foram ofertadas, mas não preenchidas, isso pode ser a indicação de que possam existir outros fatores que ainda impedem jovens de ter acesso ao ensino superior. Um desses fatores foi destacado por Dubet (2015), em sua pesquisa ele diz que: “Os recursos financeiros são um dos principais fatores na desigualdade de acesso à universidade”. (p. 257)

Em se tratando de democratizar o ensino superior é importante ressaltar que esse processo depende de uma união de fatores que envolvem desde o acesso até a permanência efetiva até o fim do curso. A este respeito Silva e Nogueira, afirmam que “[...] por acesso entende-se a participação na educação superior, o que implica, idealmente, em considerar as dimensões de ingresso, permanência, conclusão e formação/qualidade desse nível de ensino” (SILVA; NOGUEIRA, 2011, p. 14).

A partir de pressupostos apresentados a partir de trabalhos de autores como Castro (2006), Zago (2006), Catani e Oliveira (2007), Dubet (2015), Silva e Nogueira (2011), Gimenez, Lima e Maciel (2016), dentre outros, o estudo se propôs aprofundar conhecimentos sobre os fatores que contribuem para a permanência de jovens das camadas populares que acessam os cursos de graduação de uma dada instituição criada no contexto de expansão e interiorização do Ensino Superior.

O estudo foi desenvolvido dentro de uma abordagem qualitativa onde foram buscadas as evidências dos múltiplos fatores que envolvem a



permanência dos estudantes na educação superior. Reconhecido o objeto de estudo como um tanto variável, já que são muitas questões que envolvem a permanência desses estudantes na universidade, acredita-se que a abordagem do tipo qualitativa favoreceu a análise dos limites e desafios que fazem parte da vida acadêmica do público-alvo investigado.

O caminho metodológico adotado consistiu em três etapas: revisão bibliográfica, coleta de dados e a análise dos dados. A pesquisa documental foi realizada junto à Coordenação Acadêmica do Instituto e o setor de Serviço Social com a finalidade de levantar informações sobre ingresso, evasão, número de formados, ações e programas de assistência estudantil, dentre outros.

A pesquisa envolveu alunos maiores de 18 anos matriculados em 07 (sete) cursos da unidade e vinculados a alguma ação ou programa de concessão de auxílio financeiro e apoio à permanência de estudantes de baixa renda na educação superior. O estudo não trabalhou com análises estatísticas, por isso, os dados não são paramétricos, e a seleção dos informantes foi aleatória, desde que atendessem aos critérios de inclusão definidos no projeto.

Foram tomados para análise alguns programas/auxílios de assistência estudantil em funcionamento na instituição onde os acadêmicos participantes da pesquisa encontravam-se matriculados, programas que atendem um amplo contingente de alunos que ingressam na universidade e precisam se manter de forma efetiva em seus respectivos cursos. Além do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, ao qual estão vinculados o Auxílio Acadêmico, Auxílio Moradia e Restaurante Universitário, também foram analisados os Programas de Bolsas tais como: PIBIC, PIBID e RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA, que também contribuem para a permanência de muitos alunos no campus.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) surge justamente com o objetivo de aumentar a taxa de permanência e conclusão nos cursos de graduação, e em especial visa dar suporte às dificuldades enfrentadas por esses estudantes que adentram a universidade. O decreto nº 7.234 de julho de 2010 que viabilizou o programa institui como objetivos do PNAES:



I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; [...] II – minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; [...] III – reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010, p.1)

Os programas PIBIC, PIBID e Residência Pedagógica são vistos como programas de apoio à permanência, mas como secundários, pelo fato de eles não terem como princípio norteador a assistência estudantil, porém quando se trata de permanência é preciso ter em mente que envolve não somente suporte financeiro, mas agrega outros fatores. A este respeito Gimenez, Lima e Maciel (2016, p. 761), destacam em seus estudos que,

[...] as políticas de permanência são identificadas por uma perspectiva que não se encerra nas ações de assistência estudantil, mas abarcam os aspectos de infraestrutura, física e tecnológica, e das condições didático-pedagógicas proporcionadas aos estudantes nas IES.

Sob esse contexto é possível inferir que os programas como PIBIC, PIBID e Residência Pedagógica auxiliam na permanência porque oferecem um aporte financeiro disponibilizando bolsas de apoio, mas em especial incentivam a pesquisa e o engajamento dos estudantes em atividades dentro da universidade e isso pode ser visto como um estímulo para a permanência.

O novo perfil de alunado que está ingressando nas universidades trouxe também novas demandas e necessidades, e precisa de um apoio mais integrado para que consigam, não só ingressar em um curso de graduação, mas que também possam concluí-lo com êxito. Como avalia Zago (2006, p.233), “se o ingresso no ensino superior representa para esse grupo de estudantes (menos favorecidos) “uma vitória”, a outra será certamente garantir sua permanência até a finalização do curso”.

Questões sobre a assistência estudantil: como anda a permanência?

A questão da assistência estudantil se inscreve no debate que integra as necessidades desses alunos que estão chegando às Universidades e as propostas de apoio que contribuem para a permanência efetiva até o final do curso. Desse modo, os programas e ações de assistência precisam ser

analisados, de acordo com o impacto que possuem na vida dos estudantes, bem como as possibilidades de melhorias.

Na pesquisa documental, realizada junto ao MEC, INEP e Coordenação Acadêmica do Instituto foram analisados os seguintes documentos referentes às políticas de acesso e alguns programas e ações de concessão de bolsas e auxílios: Lei nº 11.096/2005, Decreto-lei nº 6.096 de 24 de abril de 2007, Decreto nº 7.234 de julho de 2010, Lei de Cotas (nº 12.711/2012), Portarias 305 e 306, de 28 de agosto de 2020, ofício circular 3/2021, Portaria Nº 36, de 08 de fevereiro de 2021, resumo de matrículas do ISB.

Na fase que compreendeu o contato com os discentes, foram enviados um total de 130 e-mails nos meses de dezembro de 2020 e janeiro de 2021, convidando os alunos a participarem da pesquisa, deste total, somente 53 retornaram. Do ponto de vista da quantidade de envio, pode-se considerar que foi baixo o retorno, mas, é possível que a explicação para este fato seja a dificuldade de acesso à internet que pode ser atribuída a grande parte dos acadêmicos em diversas regiões do país.

Dos 53 discentes que aceitaram o convite da pesquisa, a maioria dos participantes se encontrava na faixa etária entre 18 e 24 anos (69,8%), correspondendo, por isso, à idade adequada para inserção do jovem no ensino superior, o que pode ser avaliado como positivo. Além disso, este dado aponta para uma outra questão relevante em relação à ideia de que acessar o ensino superior não é algo mais tão distante da realidade daqueles alunos que residem no interior do Estado do Amazonas. Quanto ao gênero, os dados demonstram que 62,3% são do sexo feminino e 37,7% são do sexo masculino o que indica uma participação crescente de mulheres nos cursos de graduação.

Outro dado analisado em relação ao perfil do público pesquisado refere-se à cidade de origem desses estudantes onde cerca de 51% deles informaram que são de fora do município, e relataram que mudaram para o município onde está instalado o campus para fazer o curso no qual estão matriculados. Pessoas advindas não só do Estado do Amazonas como de outros conforme pode ser descrito: Jundiaí - São Paulo, Manaus, Autazes, São Gabriel da



Cachoeira, Tefé, Lábrea, Maués, Jaciara-MT, Manicoré, Tabatinga, Parintins, Boa Vista - RR, Santo Antônio do Içá, Envira e Fonte boa.

Algumas dessas cidades se encontram nos arredores do município sede, já outras estão bastante afastadas com cerca de 2.795 Km de distância. De modo geral é possível observar que o Instituto tem um alunado jovem, com um foco muito grande em alcançar a formação superior, alguns enfrentam a distância da família, adaptação, e novas responsabilidades, esse é o panorama geral dos estudantes que foram analisados.

Tendo em vista que, o objetivo desta pesquisa foi voltado para os fatores que contribuem para a permanência de jovens de camadas populares no Ensino Superior, foram analisados os resultados referentes à renda familiar dos discentes. Mais de 70% dos discentes que responderam ao questionário informaram que a sua renda familiar se encontra no patamar de menos de 02 salários-mínimos.

Cruzando essa informação sobre a renda familiar com o dado referente à quantidade de pessoas que moram na mesma casa e dependem dessa renda, somente 6 alunos do universo de 53 respondentes, informaram morar com mais uma pessoa, os demais residem com mais de 2, 3 e até mais de 5 pessoas compartilhando a mesma renda.

Esse dado remete a uma reflexão importante do ponto de vista do papel que as ações e programas de assistência estudantil assumem na vida dos discentes das camadas populares, sobretudo aqueles que se mudam para o município em função do curso. Grande parte desses discentes precisam arcar sozinhos com todas as despesas já que nem sempre a família, que fica na cidade de origem, pode ajudá-los financeiramente.

No que se refere ao dado sobre o vínculo dos discentes com ações e programas de permanência no Instituto, os números apontaram um total de 36 alunos que indicaram a sua vinculação a um ou mais auxílios financeiros (PIBIC - 9,4%, PIBID – 3,8%, Residência Pedagógica – 15,1%, Auxílio Acadêmico 15,1%, alunos que recebem mais de uma modalidade de bolsa 24.5%, Alunos que não recebem bolsas – 32,1%). Estes últimos, foram incluídos também no estudo porque embora não estejam recebendo bolsas,

utilizam o Restaurante Universitário - RU, e este também se encontra entre as ações de assistência estudantil que recebe recursos do PNAES.

Entre um auxílio e outro, os desafios da permanência em cursos de graduação no interior do Amazonas

175

Com isso entende-se que é grande a corrida entre os alunos para conseguir esses auxílios e bolsas como forma de garantir a sua permanência na instituição, além dos custos com a universidade e alimentação, muitos pagam aluguel. Em contrapartida, esse dado também revela que a participação de jovens oriundos de famílias de baixa renda vem se ampliando já há algumas décadas, se contrapondo, de certo modo, àquele modelo elitista que, por muito tempo, predominou no acesso a este nível de ensino, infelizmente, a quantidade de bolsas e auxílios ainda não supre a demanda crescente de jovens em situação de vulnerabilidade que estão acessando os cursos desta instituição.

Em relação à quantidade de alunos contemplados com algum dos auxílios, dados coletados na Coordenação Acadêmica do ISB, em fevereiro de 2021, indicaram um total de 282 alunos que possuíam auxílios, sendo que o número de matriculados no Instituto nesse mesmo período era de 1.318 alunos. Apesar do alcance da pesquisa ter envolvido um número pequeno de alunos, foi possível observar que dos 17 discentes que informaram não receber bolsas ou auxílios, 9 têm renda inferior a dois salários-mínimos, e 5 destes compartilham essa renda com mais de 5 pessoas, isso demonstra que apesar de alguns alunos se encaixarem nos parâmetros necessários para receber os auxílios, eles acabam não sendo selecionados por falta de vagas.

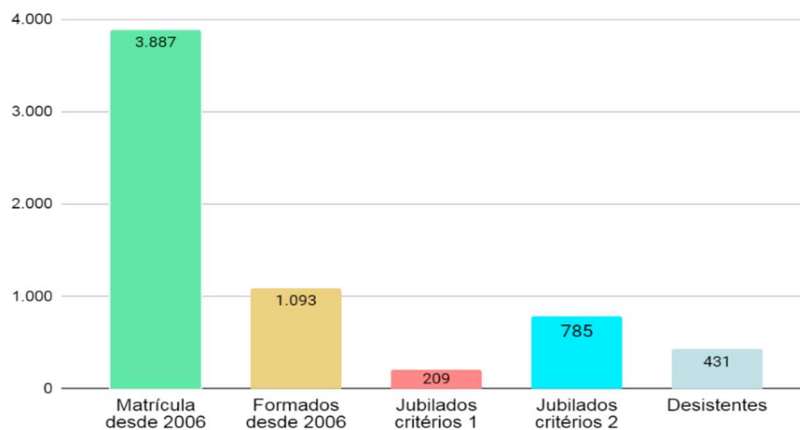
São, portanto, muitos jovens que estão buscando um curso superior, mas que durante a construção dessa trajetória encontram dificuldades que muitas vezes, culminam com desistências ou jubilações, seja porque não conseguem administrar a saudade de casa, seja porque não conseguem se manter financeiramente para seguir com o curso, dentre outros. Muitas dessas dificuldades são minimizadas quando os discentes conseguem esses auxílios,



daí a necessidade de ampliação do alcance dessas políticas de assistência estudantil que garantam a sua permanência e conclusão do curso.

O Gráfico 01 demonstra a dissonância existente quando se comparam os números de alunos ingressantes, formados desistentes e jubilados nos critérios 1 e 2¹. Chama a atenção o número alto de alunos jubilados no critério 2 quando comparado ao número de formados.

Gráfico 01 – Número de matriculados, concluintes, jubilados e desistentes no período 2006 a 2020.



Fonte: Coordenação Acadêmica do ISB

Os resultados desta pesquisa remetem a algumas reflexões do ponto de vista da importância que os discentes atribuem à existência desses auxílios e dos impactos que estas ações e programas possuem na manutenção desses discentes na Universidade em especial durante o período da pandemia da Covid 19.

Os dados apresentados nos parágrafos anteriores indicaram que mais da metade dos entrevistados compartilham menos de 02 salários-mínimos com 3 ou mais de 5 pessoas, levando em consideração o período em que esta pesquisa ocorreu, as altas nos preços da cesta básica, esse valor compartilhado com mais de 5 pessoas torna-se um grande problema. Além

¹ Jubilado critério 1: ultrapassar o tempo máximo para integralização do curso; Jubilado critério 2: não efetivar matrícula por mais de 4 semestres consecutivos ou não

disso cerca de 90% dos estudantes utilizam o restaurante universitário, que por fazer parte do programa de assistência estudantil, garante aos universitários as três principais refeições, pagando valores acessíveis, sendo o café da manhã por R\$ 0,50 (cinquenta centavos), almoço e jantar R\$ 1,20 (um real e vinte centavos) cada.

Após a suspensão do calendário acadêmico da Universidade no ano de 2020 em virtude da pandemia, a situação do pagamento dos auxílios precisou ser alterada. Desse modo, os editais de Auxílio Moradia e Acadêmico foram suspensos e os beneficiários remanejados para o Auxílio Alimentação Emergencial, a partir de 01 de setembro de 2020, o valor do auxílio seria de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), conforme Portaria 305/2020 (em anexo). E para aqueles estudantes beneficiados pelo auxílio moradia, foi disponibilizado o “Auxílio de volta pra casa” (Portaria 306 de 28/08/2020), que consistiu numa ajuda de custo no valor de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), pago em parcela única.

Considerando o conhecimento da situação dos alunos que participaram da pesquisa em relação à situação financeira das famílias, o fato de ter mudado para o município para fazer o curso, despesas com aluguel, dentre outros, é possível inferir que as medidas de remanejamento do pagamento dos auxílios tenha sido fundamental para a manutenção de muitos desses estudantes nesse período de ensino remoto na universidade, tendo em vista que grande parte daqueles que vieram de outros municípios, retornaram para seus locais de origem enquanto não retornava o ensino presencial.

Considerações Finais

O estudo que abordou os fatores envolvidos na permanência de jovens de camadas populares nos cursos de uma Instituição com sede em um município do Estado do Amazonas, permitiu a constatação sobre algumas dessas medidas de enfrentamento da evasão e retenção nos cursos de educação superior que surgiram nas últimas décadas. Não há dúvidas que tais medidas desencadearam mudanças importantes para a ampliação do acesso e permanência no ensino superior, tendo em vista que a expansão possibilitou o



ingresso de alunos oriundos de camadas populares que trouxeram consigo novas demandas e necessidades, o que exigiu a elaboração de políticas públicas que assegurem a vivência desses alunos nos meios universitários.

A fim de contextualizar a existência dos fatores de permanência que podem estar contribuindo na vida acadêmica de muitos jovens, foi necessário um estudo sobre as questões que envolvem o debate sobre a democratização do acesso a esse nível de ensino. No caso deste estudo, as políticas analisadas foram o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, o Programa Universidade Para Todos – PROUNI e a lei 12.711, denominada lei de cotas. Trata-se de medidas que, de fato, ampliaram o acesso ao ensino superior, mas para além do acesso, interessava a este estudo o conhecimento sobre a criação de mecanismos que possam garantir a permanência dos estudantes neste nível de ensino.

Durante a análise dos dados coletados, foi possível eleger dois fatores que, do ponto de vista da permanência desses alunos no ensino superior, mereceram atenção, quais sejam: o suporte financeiro das famílias e a distância da cidade de origem e, conseqüentemente, dos familiares. À medida que mais de 50% dos estudantes pesquisados são de outros municípios e grande parte se encontra na faixa etária de 18 a 24 anos, entende-se que estes ainda dependem da renda de suas famílias. E se este suporte financeiro fica inviabilizado, tendo em vista que o estudo considerou um universo de jovens das camadas populares, e identificou que a quantidade de ações e programas não supre a demanda, a permanência do aluno que não consegue nenhum auxílio, fica ameaçada.

No que se refere ao fator da distância familiar, isso passa a ser considerado problema quando começa a afetar o desempenho desses estudantes que muitas vezes não conseguem conviver com os desafios de ter que assumir sozinhos as responsabilidades sobre a sua vida e ainda aprender a lidar com a saudade de casa. Toda essa insegurança gera em alguns muita ansiedade, quadros depressivos que nem sempre são superados por todos. Algumas ações podem ser apontadas como atividades que, de certo modo, amenizam essas situações vivenciadas pelos alunos porque os mantêm



ocupados em projetos que aumentam sua motivação para os estudos, entres tais ações destacam-se: o serviço de apoio psicológico que existe no ISB, o envolvimento dos alunos nos programas de auxílios (moradia e acadêmico) e em programas acadêmicos como PIBIC, PIBID e Residência Pedagógica.

Diante das questões que o estudo possibilitou o conhecimento, admite-se a necessidade das instituições de ensino superior, que ainda não possuem a assistência estudantil como uma política, que comecem a debater sobre o assunto, tendo em vista a urgência do tema no enfrentamento das desigualdades sociais que ainda persistem na relação do estudante das camadas populares e a universidade.

A pesquisa possibilitou a análise sobre muitas questões que envolvem o processo de democratização do ensino superior. É possível admitir que para além da democratização no acesso, mecanismos de permanência precisam ser implementados, portanto, ampliar vagas por meio da abertura de novos cursos ou instituições, sem garantir uma política de assistência estudantil para jovens das camadas populares que acessam este nível de ensino, não é democratizar o acesso. Daí a urgência de que a assistência estudantil se torne uma política na instituição de modo a atender com equidade o estudante.

Dados os limites deste estudo, espera-se que sirva de ponto de partida para um debate mais profundo sobre a implementação de políticas que possam assegurar o acesso, mas também a permanência dessa demanda crescente de jovens que adentram os espaços universitários em busca de uma formação.

Referências

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, 2010b. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007_2010/2010/Decreto/D7234.htm> Acesso em: 22 janeiro. 2021.

_____. Decreto-lei nº 6.096 de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em: 22 de janeiro de 2021.



_____. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/lei_12711_29_08_2012.pdf. Acesso em: 22 de janeiro de 2021.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Ensino superior no Brasil: expansão e diversificação. In: CABRAL NETO, Antonio; NASCIMENTO, Ilma Vieira; LIMA, Rosângela Novaes (Orgs.). **Política pública de educação no Brasil: compartilhando saberes e reflexões**. Porto Alegre: Sulina, 2006. p. 103-146

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira. A Educação Superior. In: ADRIÃO, Theresa; OLIVEIRA, Romualdo Portela de (orgs.). **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição e na LDB**. 2. ed.- São Paulo: Xamã, 2007. p. 73-84

DUBET, François. Qual democratização do ensino superior? **Anais...CadernoCrH**, Salvador, v.28, n.74, p. 255-265, Maio/Agosto.2015.

GIMENEZ, Felipe; LIMA, Elizeth; MACIEL, Carina. Políticas e permanência para estudantes na educação superior. **RBPAE**, V.32, n.3, p. 759-781, 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA.
Sinopse

Estatística da Educação Superior 2019. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>> Acesso em: 22/Janeiro/2021

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, Maria das Graças Martins da; NOGUEIRA, Patrícia Simone. Expansão na educação superior e a política de democratização: avanços e contradições. In: SILVA, Maria das Graças Martins da. (Org.). **Políticas Educacionais faces e interfaces da democratização**. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação** v. 11 n. 32 maio/ago. 2006.

Sobre os autores

Nara Maciel Falcão Lima

nmfalcao@yahoo.com.br

Doutora em Processos Socioculturais na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. Professora Adjunta desde 2006 do Instituto de Saúde e Biotecnologia (Coari) da Universidade Federal do Amazonas, membro dos Grupos seguintes grupos de pesquisa: Linguística: Análise do Discurso e Interdisciplinaridades e Pesquisa, Educação e Cuidado de Enfermagem no



Contexto Amazônico; Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia - Grupo Inter-Ação. Orientação de trabalhos de Iniciação Científica sobre políticas públicas de acesso e permanência à Educação Superior e Ensino de Ciências. Nos últimos 5 anos publicou pela Alexa Cultural o artigo “Educação Superior no Brasil: um olhar sobre os desafios e limites das políticas de expansão na Região Norte”, vol. 17. In.: Fazendo Antropologia no Alto Solimões: contextos amazônicos e pesquisas interdisciplinares (2018). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2753815092614412>

181

Fabírcia da Silva Pires

fabriciapires149@gmail.com

Licenciatura em Ciências Biologia e Química, na Universidade Federal Do Amazonas (UFAM) - Instituto de Saúde e Biotecnologia (ISB).

